Revisitando o debate marxista das origens do capitalismo: Estado, imperialismo e o trabalho escravo.

Nuno Teles*[1]

Abstract:

Este artigo revisita os principais debates marxistas sobre as origens do capitalismo, mapeando as suas contribuições, colocando-os em diálogo com contributos historiográficos recentes. Partindo da concepção marxiana de acumulação primitiva, o artigo percorre o debate Sweezy-Dobb sobre as origens comerciais ou de classe do capitalismo, o debate Brenner sobre o capitalismo agrário inglês e as contribuições mais recentes da Nova História do Capitalismo e da economia política marxista. Argumenta-se que, embora o modelo das relações sociais de produção de Brenner e Wood ofereça um quadro analítico superior ao modelo comercial, ele assenta numa concepção liberal do trabalho "livre" que deve ser abandonada. Integrando o papel do Estado, da violência colonial e do trabalho escravizado na lógica capitalista de acumulação e competição, propõe-se uma síntese ancorada na lei do valor que reconheça a diversidade das formas de subsunção do trabalho ao capital (assalariada, escravista, etc), como constitutivas do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: origens do capitalismo; escravidão; Estado; imperialismo.

Introdução

O que é o capitalismo? Esta continua a ser uma das questões do nosso tempo. Embora, no senso comum, “capitalismo” continue a ser utilizado, o esforço para erradicar a palavra do léxico é um dado, com expressões como “economia de mercado” a tomarem o seu lugar. A substituição não é inocente. Economia de mercado transporta-nos para uma economia regulada por diversos vendedores e compradores que interagem de forma voluntária e igual. É uma economia em que não existem comando, poder e, sobretudo, classe. É uma economia onde o capital é um recurso que pode tomar diversas formas: dinheiro (capital investido), educação (capital humano) ou até a nossa rede de sociabilidade (capital social). Todos somos capitalistas, uns mais do que outros. Mais importante na ideia política de “economia de mercado” talvez seja o seu caráter ahistórico. Como os mercados, enquanto lugares de troca, sempre fizeram parte das sociedades humanas, a “economia de mercado” não é mais do que a expansão da propensão natural à troca. O capitalismo passa a ser a forma natural da organização económica e social.

[1] Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia

No entanto, o capitalismo é uma realidade recente na história da humanidade. O capitalismo é, pois, um modo de produção particular na forma como as forças produtivas disponíveis à Humanidade — terra e recursos naturais, os meios de produção e o trabalho — estão organizadas seguindo determinadas relações sociais de produção. A forma como as forças produtivas estão organizadas por relações sociais está longe de ser só uma. Ainda hoje, a forma de produzir é variada: da forma como eu cozinho o meu jantar à forma como as minhas aulas ou os meus artigos são produzidos, temos relações sociais distintas de uma economia capitalista. No entanto, há uma forma prevalecente de organização da produção e distribuição, o modo de produção capitalista, em que podemos afirmar duas características prevalecentes: 1- a produção é movida pelo lucro e está destinada ao mercado, ou seja, toma a forma de mercadoria; 2- o trabalho é ele próprio uma mercadoria, vendida naquilo que é a sua potencialidade ainda não cumprida, a força de trabalho. No capitalismo precisamos de mercados desenvolvidos por toda a parte. Em um modo de produção em que o mercado é o principal mecanismo de alocação de recursos, o trabalho também será mais uma mercadoria. Essa é a forma como a teoria económica dominante vê o trabalho. Porém, o mercado de trabalho é, na verdade, o mercado da força de trabalho, ou seja, a capacidade do trabalhador de desempenhar determinadas tarefas durante um horário específico.

Aquilo que nos é apresentado como permanência na história da humanidade passa a ser agora, uma organização social das forças produtivas única e singular. Entender as suas origens e sua relação com outros modos de produção é, pois, entender melhor o que define o capital, a força de trabalho e, de forma mais genérica, o modo de produção capitalista em tempos em que economistas heterodoxos disputam essa definição para caracterizar o capitalismo contemporâneo, por exemplo, nos debates sobre tecnofeudalismo (Varoufakis, 2023, Durand, 2024). Ademais, a discussão sobre as origens do capitalismo transbordou para a forma como se entende desenvolvimento/subdesenvolvimento do capital na economia política marxista, o papel do Estado

Talvez porque as suas implicações vão ser bastante substanciais para os mais diversos debates contemporâneos, esta é uma das mais controversas discussões entre historiadores e economistas marxistas, tendo dado origem a vários debates académicos. O debate coloca-se em torno da forma como definimos capitalismo no início deste artigo. Alguns autores vão sublinhar mais o primeiro aspecto e, com isso, o papel do imperialismo e da expansão e

construção de mercados que esse processo permitiu e que continuam até aos nossos dias. Outros autores vão sublinhar sobretudo como as relações sociais mudaram com a emergência do capitalismo, com a expropriação de camponeses, criando uma lógica económica de compulsão de venda do trabalho como mercadoria a quem detém os meios de produção. O que parece ser uma diferença de nuance originou e origina reações intelectualmente muito violentas e com repercussões várias que importa mapear de forma a conseguir progredir intelectualmente no debate.

Este artigo propõe-se a revisitar e mapear estes debates clássicos do marxismo à luz das mais recentes contribuições, não marxistas, nomeadamente aquilo que se chama "Nova História do Capitalismo" (Beckert e Rockman, 2016), e marxistas, no trabalho de Jairus Banaji (2010) e David Mcnally (2025), onde questões como o papel do Estado e do escravismo ganharam importância. Argumentamos que estes têm sido dois pontos negligenciados pela teoria marxista que importa integrar na discussão mais clássica, em uma concepção que deve abandonar o ideal liberal do trabalhador livre na definição de capitalismo, integrando diferentes formas capitalistas de exploração do trabalho, e entender o Estado como forma social em evolução central na estruturação de mercados nacionais e, sobretudo, internacionais através do colonialismo e imperialismo modernos.

Este artigo divide-se em quatro seções. Na primeira seção, dá-se conta, de forma breve, da visão de Marx sobre a acumulação primitiva no primeiro volume de "O Capital" (1990 [1867]), tida como base teórica e histórica para os debates que se seguiram. A segunda seção escrutina o debate entre Paul Sweezy e Maurice Dobb (Dobb e Sweezy, 1963) sobre as origens comerciais (externas) ou de luta de classes (internas) de transição do feudalismo para o capitalismo, para o qual contribuíram historiadores como Kohachiro Takahasi, Rodney Hilton, Eric Hobsbawm. A terceira seção diz respeito à recuperação deste debate por Robert Brenner no final dos anos setenta e à polémica com autores como André Gunder Frank e Immanuel Wallerstein que o historiador identifica como seguidores da concepção de Paul Sweezy. Brenner esteve ainda envolvido em debates com historiadores não marxistas durante os anos oitenta, naquilo que ficou conhecido como o "Debate Brenner", em sua homenagem. Na quarta seção, damos conta dos contributos mais contemporâneos para o debate, sobretudo na sua discussão sobre escravismo e o papel do Estado, tendo como ponto de partida o livro de síntese da historiadora Ellen Meiksins Wood (2000) sobre o tema e integrando as contribuições da "Nova História do Capitalismo" e de historiadores marxistas. Na conclusão, elaboram-se pistas

para uma síntese destas contribuições, preservando o arcabouço teórico da economia política marxista e da lei do valor, ao mesmo tempo em que se integra uma análise sobre o trabalho, o Estado e o papel da violência e do colonialismo no nascimento do capitalismo.

1- Marx e as Origens do Capitalismo

Marx deixa para o final do Volume I do Capital (1990[1867]), nos capítulos 25-30, a questão da acumulação dita primitiva e das origens do modo de produção capitalista. Há uma boa razão para isso. Só depois de ter explicado como a acumulação de capital se opera, na sua reprodução expandida, é que Marx sente a necessidade de explicar a acumulação que não foi ela própria o resultado do modo de produção capitalista. O primeiro e principal enfoque de Marx está no processo histórico de separação dos trabalhadores dos meios de produção e, consequentemente, a submissão do trabalhador à obrigação de vender sua força de trabalho no mercado, criando proletários e capitalistas, enquanto classes sociais nascidas da sua posição na produção. Nesse sentido, a expropriação dos camponeses na Grã-Bretanha por meio do acercamento de terra comum (essencial aos camponeses como fonte de energia e espaço de pastoreio na sua reprodução), a expropriação da terra da igreja católica e a alienação da terra da Coroa elimnaram os pequenos proprietários, criando uma nova classe de camponeses, livres as obrigações feudais para a aristocracia ou igreja, mas sem mais que a sua força de trabalho para vender como forma de sobrevivência.

Se a construção de uma agricultura capitalista ocorreu de forma gradual, a emergência do capitalismo industrial foi bastante mais repentina. O que Marx intitula das formas de de capital antediluvianas no volume II e III (Marx, 1992 [1890]), o capital usurário (ganho do juro de empréstimos) e o capital mercantil (vindo das trocas comerciais) não conseguiam dominar no contexto da organização feudal da agricultura e das corporações artesanais das cidades, onde os trabalhadores mantinham a propriedade dos meios de produção. O imperialismo e o colonialismo, com a abertura dos mercados coloniais com as suas novas mercadorias, nomeadamente dos metais preciosos essenciais à monetarização do comércio ou do vergonhoso comércio e “pessoas de pele negra”, criaram novas oportunidades de acumulação de riqueza. Marx chama a atenção para a violência organizadas pelos Estados nestes processos, com as guerras e o desenvolvimento de novas colónias e monopólios, a implicar o fortalecimento de sistemas tributários centralizados e um sistema financeiro embrionário que servisse o esforço de guerra através dos novos mercados de dívida pública. Estes processos para Marx, senão

criaram, aceleraram o processo de transição para o capitalismo. Esta acumulação original é assim essencial ao investimento e à competição entre capitais colocados agora num mercado crescentemente internacionalizado.

Por vezes negligenciados, dois pontos merecem ser destacados desta discussão. O primeiro, articulando-se com a discussão sobre acumulação primitiva, diz respeito à forma como Marx observa este processo no tempo. A acumulação primitiva não é um mero momento que antecede o capitalismo contemporâneo nos séculos XV a XVII, mas um processo que chega ao capitalismo maduro do século XIX. A acumulação original de expropriação e exploração colonial é, de fato, processo que acompanha o capitalismo até aos nossos dias, mostrando a multiplicidade de mecanismos de apropriação de excedente que acompanham a exploração capitalista do trabalho.

O segundo ponto destes capítulos diz respeito a um dos pontos mais controversos da teoria marxista até aos nossos dias, a teoria do Estado. Neste contexto, vale a pena sublinhar como o Estado está sempre presente no processo, seja para, através da lei e da força "sangrenta", caucionar e fixar os termos da nova propriedade privada da terra, para disciplinar e torturar a nova classe de "vagabundos e pedintes", nomeadamente através das infames "casas de trabalho" (*workhouse*), espaços de trabalho forçado patrocinados pelo Estado, seja fixando salários máximos que impeçam a melhoria de vida desta nova classe proletária. Marx argumenta que, com o desenvolvimento do capitalismo, a necessária compulsão do mercado de trabalho vai deixar de obrigar a tais intervenções públicas, passando a excepcionais. No entanto, se a repressão salarial na forma de salários máximos, se tornou, de fato, supérflua, a estruturação do mercado de trabalho que proíbe a organização de trabalhadores mantém-se como necessidade do capitalismo. Ademais, como Marx ilustra, a construção institucional daquilo que é o Estado moderno passou para lá da Coroa, de direitos divinos, para começar a formar-se na sua forma moderna, de um Estado com aparato tributário moderno, militarizado, imperialista e impessoal, sustentado na nova composição social da burguesia, cuja tradução política vai culminar nas revoluções burguesas. Se o argumento de Marx parece simples e com evidente adesão histórica, as leituras e os debates têm sido intensos. É possível dividir os debates em três: o debate Sweezy-Dobb, o debate Brenner e as contribuições das últimas duas décadas, tendo o livro seminal de Ellen Meiksins Wood, *The Origins of Capitalism: A Longer View* (2000), como ponto de partida.

2- O debate Sweezy-Dobb

O debate Sweezy-Dobb sobre as origens do capitalismo remonta ao pós-Segunda Guerra, com a publicação do livro *Studies in the development of capitalism* (1963), publicado pelo economista marxista Maurice Dobb, seguido pela crítica de outro dos principais economistas marxistas do século XX, Paul Sweezy, seguido por várias intervenções de vários historiadores, como Kohachiro Takahasi, Rodney Hilton, Eric Hobsbawm. Os pontos de desacordo são vários: a definição de servidão no feudalismo, do capital comercial e o desenvolvimento das cidades, da economia monetária, dos pequenos artesãos , etc. No entanto, muitos destes temas são, como os autores admitiam, uma questão mais de nuance do que de desacordo radical. A forma mais correcta de abordar o debate concentra-se na identificação do que é o movimento original no fim do feudalismo.

Dobb aponta como as relações servis de produção no feudalismo, marcadas pela descentralização política em torno de uma nobreza terratenente e militarizada com poder judicial em disputa violenta por recursos, colocavam um crescente peso sobre os excedentes produzidos pelos servos, seja na forma de rendas monetárias ou de corveias de trabalho. A luta de classes entre senhores e servos estaria na base da fuga dos últimos para as cidades e de um modo de produção pouco produtivo de excedentes incertos. A queda progressiva da nobreza na relação com o pequeno produtor agrícola e artesanal, que vai ganhando autonomia, possibilitaria uma crescente diferenciação social, corroendo, assim, o feudalismo. Seriam estes pequenos proprietários que organizariam a indústria têxtil e a força social por detrás "da revolução burguesa do século XVII" no Reino Unido. O capital comercial não teria o mesmo papel "progressista" de transformação social, estando normalmente alinhado à "reação feudal". Respondendo ao argumento da expansão do comércio como fonte de desagregação do feudalismo, Dobb argumenta que o fim da servidão foi observado primeiro nas margens do feudalismo, nos locais de Inglaterra mais distantes do comércio internacional. O aumento do comércio pode conduzir a um fortalecimento de formas de dominação sobre o trabalho. Rodney Hilton e Christopher Hill (1953) acrescentam ao argumento o papel da competição entre senhores no progress tecnológico e aumento da produtividade dentro do feudalismo, que,

conduziria, por sua vez, a uma maior diferenciação entre camponeses, com uma categoria de camponeses ricos a ganhar cada vez mais poder em relação aos senhores[2].

Apoiado no trabalho do então influente historiador Henri Pirenne, Sweezy (Dobb e Sweezy, 1963) critica a abordagem das contradições internas de classe no feudalismo e assinala a importância do desenvolvimento dos mercados, sobretudo fora da Europa ocidental, que carateriza o fim da Idade Média. Sweezy duvida da intensificação da opressão sobre servos ou da competição militar ao longo do feudalismo, características que interpreta como permanências do período. As fugas dos servos tinham que ter um destino. As cidades em crescimento graças ao comércio e os burgueses que "convidam" estes servos como mão de obra e soldados seriam decisivos. Para Sweezy, a mudança de uma produção "para uso", onde os excedentes são localmente capturados e consumidos, para uma produção para a "troca", monetarizada, que se expandiu com as famosas feiras de Champagne, promotoras do comércio de longa distância, sobretudo de bens de luxo. Para Sweezy, estas feiras promoveram a produção de bens para o mercado, contribuindo para a divisão do trabalho e o aumento da produtividade. O economista não argumenta que o comércio internacional *per se* tenha conduzido ao fim da servidão feudal, mas sim à expansão associada das cidades, enquanto espaços de liberdade e eficiência técnica produtiva, face à opressão e estagnação produtiva do senhor feudal. Neste quadro, o feudo (manorial) mostra a sua ineficiência e pressiona a sua reconversão em unidades produtivas orientadas para o mercado, possibilitando acumulação e espaços de liberdade, as cidades.

Finalmente, Hobsbawm tem uma análise que procura integrar, tal como Takisho, outras partes do mundo e não ficar limitada à visão eurocêntrica do debate. O capitalismo podia ter nascido do feudalismo (Japão, Europa de leste), mas que o caráter desequilibrado, em crise, das origens do capitalismo, forçaram o imperialismo europeu e todas as rupturas superestruturais que acompanham a origem do capitalismo, da ascensão política da burguesia ao protestantismo. Hobsbawm reforça, pois, o capitalismo enquanto processo que cria o mundo desenvolvido e o

[2] Estes argumentos partem, provavelmente demasiado estreita de feudalismo à luz da historiografia mais contemporânes**,** enquanto servidão, de forma a sublinhar a importância das relações de produção - combinação de determinadas forças produtivas (fatores produtivos e a sua articulação através da tecnologia). O feudalismo mais do que na servidão, tem o acesso à terra e a sua organização como principal princípio unificador deste modo de produção (Wickham, 2016).

mundo subdesenvolvido, que se tornará influente nos trabalhos de Wallerstein ou Gunder Frank.

3- O debate Brenner

Um segundo debate sobre as origens do capitalismo tornou-se mais famoso: o debate Brenner, que tem o nome de um dos mais influentes historiadores/economistas marxistas da atualidade. Este debate abarcou a historiografia para além do marxismo, com vários historiadores não marxistas envolvidos nos anos oitenta (Aston e Philpin, 1987). Embora Robert Brenner se inscreva na linha acima marcada por Maurice Dobb, no sentido do capitalismo surgir sobretudo nas contradições internas do feudalismo no seu centro, o campo e a luta de classes aí localizada, Brenner entende Dobb como estando influenciado pela ideia de um capitalismo natural que se desenvolveria sem os obstáculos colocados pela forma de poder político feudal (Brenner, 1978). O que distinguiria Dobb de Sweezy seria a fonte de corrosão desses obstáculos, colocada pelo segundo nos mercados e, no primeiro, na luta dos camponeses e de outros pequenos produtores.

O argumento de Brenner, colocado no âmbito da luta de classes, é que a luta de classes em Inglaterra, onde boa parte da terra era cultivada por arrendatários cujas rendas da terra se foram monetarizando ao longo do tempo, colocando as decisões de produção cada vez mais nos ditames de mercado, e uma nobreza mais frágil politicamente do que a encontrada no continente. Com poderes limitados, a competição se dá sobretudo pelo mercado, e a capacidade de extração de excedente reside nos aumentos de produtividade. O capitalismo agrário teria assim nascido, pela compulsão do mercado na Inglaterra (Brenner, 1982a). O arrendatário é o capitalista que tem acesso aos meios de produção e ao trabalho assalariado, mas nao à terra, e está sujeito aos ditames do mercado para vender a sua mercadoria e pagar as suas rendas. É nesta lógica que aparece a expropriação da terra comum, o acercamento, não como mera forma de apropriação de excedente de forma extraeconómica, política ou religiosa, mas como tendo motivos económicos de competição de mercado por detrás.

Passamos do mercado como oportunidade de Sweezy, para o mercado como imperativo para o capitalismo, devido à mudança das relações sociais de produção no acesso a esse fator de

produção particular que é a terra[3]. Esta explicação de um capitalismo agrário foi desafiada pelos historiadores ditos demográficos, que contrapunham o nascimento do capitalismo à quebra demográfica da peste negra e consequente alteração de preços relativos favorecendo os salários, cada vez mais monetarizados, de camponeses sobreviventes (Aston e Philpin, 1987; Wood, 2000). Mais interessante para o presente artigo é a discussão dentro do marxismo, sobretudo naquilo que Brenner (1982b) chama de marxismo neosmithiano, ou seja, o marxismo apoiado na via comercial e na expansão de mercados. Brenner interpela André Gunder Frank e Immanuel Wallerstein, dois teóricos marxistas dos sistemas-mundo, que, inspirados pelo modelo braudeliano da expansão do comércio, alicerçam o seu argumento da necessidade da desigualdade internacional para o florescimento do capitalismo - o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Brenner não nega a exploração do colonialismo e do imperialismo como fortalecendo o capitalismo, mas não segue Gunder Frank na ideia de que sem periferia não existiria centro, logo, capitalismo. Para estes autores, influentes no Sul Global e nas declinações dependentistas aí prevalecentesm, o subdesenvolvimento é o resultado das transferencias de valor para o centro. Brenner acusa estes autores de desvalorizaram a inovação e consequente exploração da mais valia relativa do centro capitalista em detrimento da exploração colonial, assim caindo num modelo smithiano em que a fonte de progresso está no comércio e na divisão do trabalho possibilitada por este, seja entre o campo e cidade no caso de Adam Smith, seja no caso de Wallerstein a economia mundo sem um só império que obstaculize a extraçao de mais valia por unidades independnetes de produção, mas vários impérios em concorrencia que se especializaram e comerciavam entre si, permitindo a especialização regional e o surgimento do capitalismo. Para Wallerstein o capitalismo é definido primeiro pelos mercados e a orientação da produção para o mercado em busca de lucro, só depois viria o trabalho assalariado.

Brenner observa que este tipo de argumento desvaloriza a exploração da mais-valia relativa e logo da inovação tecnológica, naquilo que são as relações sociais de produção únicas ao capitalismo. De fato, ao valorizar a questão da exploração da mais-relativa, Brenner está a valorizar uma determinada configuração da produção onde o trabalho é livre, sem imposições extraeconómicas. A compulsão do mercado e a competição entre capitais impõem o progresso

[3] Embora não debatida por Brenner, esta posição tem uma enorme vantagem de permitir uma abordagem analítica marxista da renda da terra no feudalismo e no capitalismo, prevenindo a ratoeira teórica em que os autores do tecnofeudalismo, como Yannis Varoufakis (2024), sna e colocam ao identificar renda da terra como feudalismo.transferênciasprevalecentesBrenner não nega a exploração do colonialismo e do imperialismo como fortalecedores do capitalismo, mas não segue Gunder Frank na ideia de que, sem periferia, não existiria centro, logo, capitalismo.transferênciasprevalecentes

tecnológico como uma permanente característica do capitalismo. Se o capitalista tem dificuldades em aumentar a sua mais-valia absoluta, sob pena de piores salários ou maiores e mais intensas jornadas de trabalho resultarem no abandono de seus trabalhadores, ele é forçado a recorrer às melhores técnicas de produção.

Este argumento tem a vantagem de colocar a questão das relações sociais de produção e de classe no centro, mas parece depender demasiado de um tipo-ideal de trabalho livre, totalmente mercadorizado, que nunca existiu verdadeiramente. O que esta argumentação de Brenner desvaloriza - talvez sob risco de ser acusado de cair no modelo comercial que está a criticar - é que, para a competição de mercado funcionar entre capitalistas, eles terão que competir no mercado de factores, onde está o trabalho. Ora, a força de trabalho não é simplesmente um insumo. Ela é fonte de demanda e é condicionada pela própria evolução tecnológica naquilo que são os tempos socialmente necessários à sua reprodução, sempre dependentes da capacidade produtiva e da evolução da mais-valia relativa conducente à sua própria desvalorização, quando as condições materiais de reprodução dos trabalhadores ficam mais baratas. Na regulação do valor, o Estado aparece como ator central na unificação de mercados, nacionais e internacionais, força, que obedecendo aos ditames do capital, homogeniza o trabalho socialmente necessário. A mais-valia relativa não é só conseguida pela inovação, mas pelo embaratecimento de insumos, onde o Estado pode desempenhar um papel crucial, nomeadamente via a apropriação e exploração imperialista.

4- O Debate Contemporâneo

Vários livros recentes dão conta do debate sobre as origens do capitalismo que atravessou todo o século XX, discutindo o papel do Estado, do imperialismo e do escravismo nas origens do capitalismo. O mais influente de entre eles é o de uma das mais brilhantes historiadoras marxistas, Ellen Meiksins Wood (2002). Wood revê o debate, tomando partido pela posição de Brenner, influenciada pelo marxismo analítico, mas também conhecida como marxismo político, em uma denominação aparentemente enganadora, já que a abordagem repousa na distinção entre factores económicos e extra-económicos (políticos) na captura do excedente produtivo para definir capitalismo. Nesta abordagem, o capitalismo distingue-se de outros modos de produção na forma como a exploração tem o seu *locus* primordial no mercado, mais concretamente devido aos imperativos da competição de mercado, e não na violência política, poder religioso, etc.

A partir desta distinção, Wood argumenta pela diversidade histórica do feudalismo, algo inicialmente elaborado por Perry Anderson nos anos setenta, mas recentemente, sublinhado por Wickham (2016). Nessa sua diversidade, a evolução do feudalismo teve trajectórias distintas, desde as repúblicas comerciais italianas e holandesa até ao absolutismo, sendo o surgimento do capitalismo em Inglaterra não mais do que uma das trajectórias possíveis. Wood apoia-se na concepção de Marx de "lucro por alienação" para caracterizar a riqueza acumulada por estas cidades graças ao comércio e poder militar, onde os lucros não estão sujeitos à lei do valor, mas aos ganhos de comprar barato e vender caro. Tal configuração só seria possível perante mercados primordialmente de bens de luxo, geograficamente fragmentados e sem competição entre produtores. Os factores considerados extraeconómicos, como poder militar, tecnologias de transporte ou a logística teriam apoiado a expansão imperial e o colonialismo de diferentes europeus, não podendo ser confundido com capitalismo. Por outro lado, o exemplo da opulência dos impérios de Espanha ou Portugal e a forma como as suas estruturas produtivas ficaram intocadas pelo seu imperialismo, mostram que a acumulação de riqueza ou o crescimento de cidades pelo comércio não obrigam qualquer transição para o capitalismo.

Wood avança, partindo do trabalho de Marx sobre acumulação original, para colocar o nascimento do capitalismo não na cidade ou na indústria, mas no campo inglês do século VIII. Ao contrário de outros reinos europeus, como a França, onde o campo era marcado por camponeses proprietários e uma aristocracia poderosa que se servia de meios extraeconómicos para se apropriar de excedente, a Inglaterra feudal é caracterizada por um Estado centralizado, grandes concentrações de terra na sua aristocracia e um mercado nacional já em construção. Assim, a forma como estava organizada a produção estaria centrada no aluguer de terra. A extração de excedente teria no mecanismo da renda da terra monetária o seu mecanismo, determinada pela competição de mercado. Os arrendatários que vão explorar a terra da forma capitalista assente na captura de mais-valia relativa, defendida por Brenner. Face ao custo da renda da terra, variável e definida pela competição de mercado, onde a terra é alugada a quem der mais, a necessidade de melhoria das condições de produção emerge não como oportunidade, mas, mais uma vez, imperativo de mercado. O acercamento e a expulsão das populações camponesas do campo são, pois, mais do que a apropriação de riqueza e empobrecimento dos camponeses, o resultado de uma nova forma de produzir, tendo o mercado de factores, no caso, a terra, como seu imperativo.

Wood, ao colocar o nascimento do capitalismo no campo inglês, enfrenta um problema. Por mais que o trabalho assalariado existisse no campo inglês, ele correspondia a uma minoria dos camponeses, na sua maioria, arrendatários (*tenants)* da terra. O mercado de trabalho enquanto estruturador do modo de produção capitalista, a par da apropriação dos meios de produção, é secundarizado, sendo, aparentemente, substituído, não pelo mercado de bens finais, como acontece no modelo comercial, mas pelo de factor de produção que não o trabalho ou capital, a terra. Neste quadro, o Estado e a sua intervenção aparecem como instrumento de apoio aos interesses das classes possidentes no acesso à terra e não tanto, como teria sido o caso do absolutismo francês, na sua capacidade apropriação de riqueza. A questão do Estado, e da sua forma moderna, desligada do suserano, e marcadamente impessoal, só teria surgido dessa separação entre o econômico e político nascido do feudalismo inglês, onde aristocratas e e poder real colaboram na sua luta contra o campesinato.

Esta visão é distinta de alguma da historiografia marxista mais recente sobre feudalismo, nomeadamente o trabalho de Chris Whickam (2016, 2023), que parece apoiar-se na emergência dos Estados feudais para a dinamização de mercados, embora de natureza sobretudo local. Para Wickham, tendo a em conta a diversidade daquilo que se chama de feudalismo, as constantes guerras do final da Idade Média, nomeadamente entre Inglaterra e França na Guerra dos Cem Anos, obrigaram a uma maior centralização de poder. Decorrente da necessidade de pagar exércitos, os Estados ganharam uma crescente capacidade de cobrar impostos, que se irá provar essencial para a monetarização e dinamização de mercados, nomeadamente no crescente assalariamento. A emergência do comércio internacional na Idade Média *à la Sweezy* é desvalorizada, como sendo sobretudo de produtos de luxo (wickham, 2023). A renda da terra e a taxação são entendidas como mecanismos primordiais do progresso económico neste período e do seu esboroamento.

Finalmente, Wood aponta que esta revolução agrícola não foi só crucial para o surgimento do capitalismo industrial na proletariezação dos camponeses, mas também para a produção mais eficiente e barata de alimentação e vestuário, suficientes para sustentar uma população crescentemente urbana e um mercado de consumo massificado. Assim, se a "riqueza das colónias e o comércio escravista contribuíram para a revolução industrial, foi porque a economia britânica já era, há muito tempo, estruturada por relações sociais de propriedade capitalista." (2002, p. 149). Wood entende, pois, a exploração escravista como pré-capitalista, embora posteriormente ampliada pela lógica capitalista. Na verdade, para a historiadora, não

seria tanto o colonialismo como origem do capitalismo, mas o capitalismo com a sua lógica de "melhoria" produtiva e apropriação privada de terra que constituiria o substrato ideológico onde o colonialismo moderno, de ocupação, se teria apoiado.

Embora Wood não entenda a expansão imperial europeia como motor do nascimento do capitalismo, deve ser notado que o seu argumento sobre o capitalismo retira peso à importância dada ao trabalho assalariado livre no surgimento do capitalismo de Brenner. A sua ênfase está nos mecanismos de mercado e na subsunção do trabalho ao capital, não necessariamente entregue na forma de trabalho puramente assalariado, pelo menos nos seus primórdios. Esta é, curiosamente, uma posição que se distancia de Brenner e a aproxima dos seus críticos contemporâneos mais ferozes. Um deles é o historiador marxista Jairus Banaji (2010, 2020). Banaji tem dedicado a sua trajetória intelectual ao estudo do conceito de modo de produção na sua multiplicidade e complexidade histórica. Apoiado nas concepções de Marx sobre capital comercial e capital portador de juro enquanto formas antediluvianas (anteriores ao capitalismo) de capital, recusa a visão eurocentrista de Brenner e Wood e a separação entre formas económicas e extra-económicas de exploração. Distanciando-se da lógica histórica sequencial e determinista comum no marxismo vulgar, Banaji não entende as formas concretas de trabalho, nomeadamente na venda de força de trabalho, como definidoras de um modo de produção, seja ele escravista, feudal ou capitalista (Banaji, 2010). Partindo de uma posição de maior abstração, distintiva do que são relações de produção e formas de exploração, o historiador argumenta que o modo de produção capitalista é definido pelas leis de acumulação de capital, da competição entre capitais e do permanente revolução das condições técnicas e sociais que vão induzir ganhos permanentes de mais-valia absoluta e relativa. O trabalho é abstracto e fonte do valor, onde, qualquer que seja aforma de o "entregar", assalariamento, escravidão ou servidão, são os elementos da produção capitalista assinalados que definem capitalismo (Das, 2011).

Com este enfoque na lógica de capital, o capitalismo pode não só conviver, mas aproveitar formas pré-capitalistas de dominação do trabalhador, sejam a servidão e a escravidão comuns na economia capitalista até aos nossos dias. O capitalismo não é definido pelo trabalho livre, como em Dobb e Brenner, nem como uma divisão entre formas de trabalho não assalariado na periferia da economia-mundo e assalariado no centro realmente capitalista. Simultaneamente, a posição de Banaji não deve ser confundida com o modelo comercial de Sweezy/Wallerstein. É certo que o autor coloca o capital comercial no centro da transição ao capitalismo, mas não

como mera expansão do capital mercantil, mas como acumulação de capital sujeita à competição e que, por consequência, tem como movimento a valorização e a subsunção do trabalho nas diferentes formas como este pode ser "entregue". Os elementos da produção capitalista não estariam assim circunscritos a Inglaterra, mas presentes em vários cenários geográficos.

Partindo do trabalho fundador de Eric Williams sobre escravidão e capitalismo (21019 [1944]), nos últimos anos surgiu uma nova literatura histórica, explicitamente não marxista, que se tem dedicado às origens do capitalismo, não tanto na discussão teórica que é quase ausente (aparentemente influenciada pelo Wallerstein (Burnard e Riello, 2020), mas na discussão do capitalismo norte-americano e a importância da escravidão na sua dinamização. A maior riqueza e sofisticação da economia do Sul escravista face ao norte dos EUA, subvertendo o senso comum de um norte industrial, capitalista, face a um sul, atrasado, pré-capitalista (Baptiste, 2016). A escravidão foi essencial para a acumulação de capital. Os mercados financeiros modernos, ainda que localizados no Reino Unido, dependiam da propriedade de pessoas escravizadas, tidas como colateral, para a dinamização dos mercados de crédito.

Estas origens são assinaladas, não só nos mercados adjacentes ao escravismo, mas na própria gestão da plantação escravista, origem de importantes técnicas de gestão moderna depois aplicadas à produção de industrial enquanto concentração de trabalhadores, sujeitos a mecanismos de disciplina e monitoramento, ao mesmo tempo que a propriedade e gestão estavam apartadas (no caso das plantações do caribe, muitas vezes por um oceano), obrigando ao desenvolvimento de práticas contábeis sofisticadas (Rosenthal, 2019). Beckert (2015) estuda a importância dos estados europeus na expropriação de terra e escravização de pessoas para a produção da matéria-prima, abundante e barata, do que veio a ser a revolução industrial. O historiador chama a esta fase do colonialismo moderno de capitalismo de guerra, em um conceito não muito distante do de acumulação primitiva de Marx. O enfoque no papel do Estado e da violência e sua importância no nascimento do capitalismo coloca-se também no capitalismo industrial, onde a coerção física e legal de trabalhadores foi essencial para a sua disciplina e acumulação de capital.

Embora estas análises sejam pouco teorizadas, muitas vezes tomando emprestado teorias muito discutíveis, como o neoinstitucionalismo, elas têm o mérito de introduzir três elementos na discussão da origem do capitalismo muitas vezes neglegenciada pela economia política

marxista: a importância do estado e da sua violência na criação de mercados e segurança de acesso a matérias-primas; a importância do desenvolvimento dos mercados monetários e de capital no nascimento do capitalismo e a importância da exploração do trabalho escravizado não só na acumulação original, mas no desenvolvimento do capitalismo industrial do século XIX que andou de mãos dadas com a "segunda escravidão" pelo menos até à Guerra Civil Americana.

Este novo enfoque na questão do Estado e da violência colonial tem como resposta, por parte da economia política marxista, o trabalho recente do historiador David Mcnally (2025), um seguidor intelectual de Ellen Meiksins Wood, mas que, ao contrário desta, coloca a exploração colonial e a escravidão no centro da exploração capitalista. Seguindo a escola do marxismo político, Mcnally chama a atenção para a necessidade de se estudar o capitalismo nas suas relações de produção, exploração e luta de classes e não em uma mera expansão de mercados, considerada um concepção de raiz liberal. Por outro lado, admite diversidade das formas sociais na totalidade do capitalismo, enquanto processo social. Assim, a captura de mais-valia por unidades de produção de mercadorias sujeitas à competição de mercado podem, e devem, ser estendidas às unidades de produção regidas pelo trabalho escravo e sua violência, no que podemos entender com uma aproximação a autores como Banaji. Mcnally avança a ideia de um proletariado enquanto propriedade escravizada, em consonância com o conceito de capital variável de Marx, com agência na luta social pela sua liberdade, tal como o trabalhador industrial e não, como capital constante, como usado em alguma literatura marxista (Post, 2011). Esta forma de entrega de trabalho, na forma escravista, mostrava-se superior nos ganhos de produtividade em relação ao trabalho dito livre, sobretudo na sua organização de bando no trabalho agrícola nas colónias. A produção de mercadorias e a competição de capital vão, pois, obrigar à estandardização da produção, às suas métricas modernas e à tomada do trabalho enquanto categoria abstracta, medida no seu tempo. A crescente obrigação da produção de conseguir tempos médios e eficiência aponta então para a sua sujeição à lei do valor. Pegando a analogia com a terra e o seu preço, fruto da capitalização da renda da terra, Marx, de fato, chega à ideia do preço do escravizado enquanto antecipação da "mais-valia ou lucro que pode ser extraído dele" (Macnally, 2025). De fato, se observarmos o uso de aluguer de pessoas escravizadas no mercado, como ganhadores, cuja luta pela liberdade se confunde com as lutas operárias clássicas, nomeadamente no uso da greve (Reis, 2019), a evidência histórica parece ir de encontro à tese de Mcnally. Ao proletariado enquanto propriedade, na forma da pessoa escravizada, equivaleria o proprietário de pessoas escravizadas enquanto burguês, orientado

pelo lucro e pela pressão de mercado para a melhoria produtiva. Mcnally consegue, desta forma, voltar à asserção de Brenner e Wood e colocar a origem do capitalismo não nas cidades, mas no campo, não só o inglês, mas o colonial da América, apoiado em todo o aparato de violência do Estado.

Conclusão - Alguns elementos para um síntese

A discussão sobre as origens do capitalismo encerra em si mesma discussões que vão muito para lá do mero debate historiográfico. A definição do que é capitalismo e sua relação com outros modos de produção são parte da discussão contemporânea, por exemplo, no presente debate sobre "tecnofeudalismo". Por outro lado, esta não é só um debate clássico, mas uma linha de pesquisa que continua até aos nossos dias e que importa mapear. Esse foi o objectivo do presente artigo, tendo como bússola as discussões sobre trabalho e liberdade do trabalho, bem como o papel do Estado e da sua violência, nomeadamente a colonial, na formação de mercados e no acirrar da competição capitalista.

Sem esquecer as divergências profundas que muitas vezes estão presentes nestes debates, é possível encontrar elementos de síntese que possibilitem um quadro analítico, ancorado na economia política marxista e na lei do valor, para o debate das origens do capitalismo. Se o modelo comercial de Sweezy, onde a lei do valor parece ausente, pode ser ultrapassado pela sua concepção anacrónica do papel dos mercados na transformação social, a suposta separação entre a esfera económica e a esfera política, nas origens do capitalismo das concepções de Brenner e Wood, foi desafiada pela nova historiografia que recusa o pressuposto liberal do trabalho "livre" como condição do mercado de força de trabalho. A violência de Estado e sua elaboração e sofisticação ao longo do capitalismo mostram a importância da disciplinarização de trabalhadores e dos mecanismos de exploração e desapropriação do imperialismo e suas reconfigurações ao longo do tempo. Se a revolução das relações sociais na base da transição para o capitalismo se deram no campo inglês a sua transição para o capitalismo industrial contemporâneo não pode ser desligada do imperialismo europeu e da forma como este possibilitou insumos abundantes e baratos essenciais à indústria têxtil. Neste contexto, formas de trabalho escravista e servil são parte da lógica capitalista, e não meros resquícios pré-capitalistas, que persistem e são dinamizados até aos nossos dias, não só no Sul, mas também no Norte Global.

No entanto, a centralidade do assalariamento no capitalismo não deve ser desvalorizada. Pelo contrário. Este mercado monetarizado é essencial a um modo de produção em um "mundo de mercadorias", onde o trabalho socialmente necessário serve de referência à competição entre capitais na produção para o mercado de bens não limitados a artigos de luxo de classes possidentes com acesso à moeda. Não por acaso, as condições de expansão da escravidão enquanto integrada na produção capitalista estão historicamente limitadas, grosso modo, à produção agrícola e ao campo, onde o acesso a "bens salariais" não se colocava com a mesma premência.

Um entendimento mais teoricamente robusto do capitalismo deve abandonar a ficção do trabalho "livre". Alternativamente, deve-se sublinhar a subsunção do trabalho ao capital em um nexo contínuo de liberdade para o proletariado, onde este exerce a sua luta, em um mundo de mercadorias onde os capitais competem entre si. Nesta subsunção, o papel evolutivo do Estado dentro do capitalismo, como arena da luta de classes, é essencial na estruturação das diferentes formas de "entrega" de trabalho e nas relações imperiais entre países. Uma agenda de pesquisa futura para este debate não deve ficar limitada ao papel do Estado na mercadorização do trabalho, mas expandi-la aos outros factores de produção, terra e capital, essenciais para se entenderem as relações sociais por detrás do capitalismo. De fato, os mercados de recursos naturais e de moeda e crédito, na sua estruturação capitalista e relação com o trabalho, têm sido secundarizados pela literatura marxista. Porém, eles são essenciais para entendermos a origem e o desenvolvimento capitalista na relação com a evolução do Estado moderno, sua violência e hierarquia internacional, cujos poderes explicativos não estão circunscritos à história.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Lineages of the absolutist state. Londres: Verso Books, 2013.

ASTON, Trevor Henry; PHILPIN, Charles Harding English (ed.). The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BANAJI, Jairus. A brief history of commercial capitalism. Chicago: Haymarket Books, 2020.

BANAJI, Jairus. Theory as history: essays on modes of production and exploitation. Leiden: Brill, 2010.

BAPTIST, Edward E. The half has never been told: slavery and the making of American capitalism. Nova York: Hachette UK, 2016.

BECKERT, Sven. Empire of cotton: a global history. Nova York: Vintage, 2015.

BECKERT, Sven; ROCKMAN, Seth (ed.). Slavery's capitalism: a new history of American economic development. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2016.

BRENNER, Robert. Dobb on the transition from feudalism to capitalism. Cambridge Journal of Economics, Cambridge, v. 2, n. 2, p. 121-140, 1978.

BRENNER, Robert. The agrarian roots of European capitalism. Past & Present, Oxford, n. 97, p. 16-113, 1982a.

BRENNER, Robert. The origins of capitalist development: a critique of neo-Smithian Marxism. In: ALAVI, Hamza; SHANIN, Teodor (org.). Introduction to the sociology of "developing societies". Londres: Macmillan Education UK, 1982b. p. 54-71.

BURNARD, Trevor; RIELLO, Giorgio. Slavery and the new history of capitalism. Journal of Global History, Cambridge, v. 15, n. 2, p. 225-244, 2020.

DAS, Raju J. Reconceptualizing capitalism: forms of subsumption of labor, class struggle, and uneven development. Review of Radical Political Economics, Nova York, v. 44, n. 2, p. 178-200, 2012.

DOBB, Maurice; SWEEZY, Paul. Transition from feudalism to capitalism. Londres: History Group of the Communist Party, 1963.

DOBB, Maurice. Studies in the development of capitalism. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1963.

DURAND, Cédric. How Silicon Valley unleashed techno-feudalism: the making of the digital economy. Londres: Verso Books, 2024.

HILTON, Rodney H.; HILL, Christopher. The transition from feudalism to capitalism. Science & Society, Nova York, v. 17, n. 4, p. 340-351, 1953.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 1. Londres: Penguin Classics, 1990. (Publicação original: 1867.)

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 3. Londres: Penguin Classics, 1992. (Publicação original: 1894.)

MCNALLY, David. Slavery and capitalism: a new Marxist history. Berkeley: University of California Press, 2025.

POST, Charles. Social-property relations, class-conflict and the origins of the US Civil War: towards a new social interpretation. Historical Materialism, Leiden, v. 19, n. 4, p. 129-168, 2011.

REIS, João José. Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSENTHAL, Caitlin. Accounting for slavery: masters and management. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

VAROUFAKIS, Yanis. Technofeudalism: what killed capitalism. Nova York: Melville House, 2024.

WICKHAM, Chris. Medieval Europe. New Haven: Yale University Press, 2016.

WICKHAM, Chris. The donkey and the boat: reinterpreting the Mediterranean economy, 950-1180. Oxford: Oxford University Press, 2023.

WILLIAMS, Eric. Capitalism and slavery. Chapel Hill: UNC Press Books, 2021.

WOOD, Ellen Meiksins. The origin of capitalism: a longer view. Londres: Verso, 2002.